

## ANEXO II

Grupos	Carreiras/categorias	Número de lugares
Pessoal técnico-profissional.	Técnico auxiliar de laboratório de 2.ª classe .....	1
	Técnico auxiliar de acção social escolar de 2.ª classe .....	1
Pessoal administrativo	Chefe de serviços de administração escolar .....	1
	Oficial administrativo principal .....	1
	Primeiro-oficial .....	2
	Segundo-oficial .....	2
	Terceiro-oficial .....	4
	Ecónomo de 3.ª classe .....	1
Pessoal operário .....	Cozinheiro .....	2
	Ajudante de cozinha .....	2
	Auxiliar de manutenção .....	1
Pessoal auxiliar .....	Auxiliar técnico .....	2
	Encarregado de pessoal auxiliar de acção educativa .....	2
	Auxiliar de acção educativa .....	6
	Guarda-nocturno .....	2

## MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DO EMPREGO E DA SEGURANÇA SOCIAL

### Despacho Normativo n.º 158/92

Considerando que em 24 de Novembro de 1991 a licenciada Maria Teresa Sousa Amaral Castro Correia cessou a comissão de serviço no cargo de chefe de divisão na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de acordo com o disposto no artigo 40.º dos estatutos aprovados pelo Decreto-Lei n.º 322/91, de 26 de Agosto;

Considerando que aquela licenciada é técnica superior de 2.ª classe do quadro de pessoal do Secretariado Nacional de Reabilitação;

Considerando o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 323/89, de 26 de Setembro, e nos n.ºs 4 e 5 do mesmo artigo e diploma:

Determina-se o seguinte:

1 — É criado no quadro de pessoal do Secretariado Nacional de Reabilitação, aprovado pela Portaria n.º 168/88, de 19 de Março, um lugar de técnico superior principal, a extinguir quando vagar.

2 — A criação do lugar referido no número anterior produz efeitos a partir de 25 de Novembro de 1991.

Ministérios das Finanças e do Emprego e da Segurança Social, 31 de Julho de 1992. — Pelo Ministro das Finanças, *Maria Manuela Dias Ferreira Leite*, Secretária de Estado Adjunta e do Orçamento. — Pelo Ministro do Emprego e da Segurança Social, *António Morgado Pinto Cardoso*, Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional.

## MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

### Portaria n.º 847/92

de 1 de Setembro

Manda o Governo, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, nos termos do § 1.º do artigo 158.º do Re-

gulamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros, com a nova redacção dada pelo Decreto n.º 433/72, de 3 de Novembro, que os mapas do pessoal assalariado das Embaixadas abaixo designadas sejam aumentados das seguintes unidades, com efeitos a partir de 15 de Julho de 1992:

Embaixada de Portugal na Haia:

Um tradutor-intérprete.

Embaixada de Portugal em Telavive:

Um secretário de 3.ª classe.

Um secretário de 2.ª classe (a).

(a) Unidade já existente, a extinguir quando vagar.

Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Assinada em 31 de Julho de 1992.

Pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Duarte Ivo Cruz*, Subsecretário de Estado Adjunto do Ministro dos Negócios Estrangeiros.

## MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

### Portaria n.º 848/92

de 1 de Setembro

O regular funcionamento de sistema de distribuição de energia eléctrica depende da fiscalização das suas várias componentes, a cargo das delegações regionais da indústria e energia e com o apoio e coordenação técnica da Direcção-Geral de Energia, desde que, em Março de 1991, foi publicado o Decreto Regulamentar n.º 9/91.

É, pois, necessário que a receita consignada proveniente das taxas de fiscalização — designadamente as de exploração de 1.ª, 2.ª e 3.ª classes, criadas pelo Decreto-Lei n.º 23 559, de 8 de Fevereiro de 1934 — seja objecto da necessária repartição, permitindo às delegações regionais o desempenho das tarefas que lhe foram cometidas pelo já referido decreto regulamentar no âmbito da administração energética e mantendo simultaneamente a Direcção-Geral de Energia dotada dos recursos financeiros necessários à actividade de concepção e de enquadramento das próprias delegações.

Inicia-se, assim, com o sector energético, o processo de repartição das receitas provenientes das actividades de licenciamento e fiscalização estabelecido no n.º 2 do artigo 28.º do Decreto Regulamentar n.º 9/91, de 15 de Março.

A repartição tem em conta as necessidades e as características de cada área geográfica; a evolução e o desenvolvimento dos serviços centrais e desconcentrados envolvidos determinarão, sempre que necessário, a revisão dos valores agora estabelecidos.

Assim:

Manda o Governo, pelo Ministro da Indústria e Energia, ao abrigo do n.º 2 do artigo 28.º do Decreto Regulamentar n.º 9/91, de 15 de Março, que a percentagem consignada pela lei à Direcção-Geral de Energia sobre as taxas de fiscalização de instalações eléctricas — taxas de exploração de 1.ª, 2.ª e 3.ª classes —

seja repartida entre a Direcção-Geral de Energia e as delegações regionais da indústria e energia, relativamente a cada uma das respectivas áreas geográficas de actuação, nos termos dos quadros seguintes:

Taxa de exploração de 1.ª e 3.ª classes

Área geográfica — Serviços	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve
Direcção-Geral de Energia...	80	75	85	60	80
Delegação Regional da Indústria e Energia do Norte...	20	—	—	—	—
Delegação Regional da Indústria e Energia do Centro...	—	25	—	—	—
Delegação Regional da Indústria e Energia de Lisboa e Vale do Tejo .....	—	—	15	—	—
Delegação Regional da Indústria e Energia do Alentejo	—	—	—	40	—
Delegação Regional da Indústria e Energia do Algarve	—	—	—	—	20

Taxa de exploração de 2.ª classe

Área geográfica — Serviços	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve
Direcção-Geral de Energia...	20	20	20	20	20
Delegação Regional da Indústria e Energia do Norte...	80	—	—	—	—
Delegação Regional da Indústria e Energia do Centro...	—	80	—	—	—
Delegação Regional da Indústria e Energia de Lisboa e Vale do Tejo .....	—	—	80	—	—
Delegação Regional da Indústria e Energia do Alentejo	—	—	—	80	—
Delegação Regional da Indústria e Energia do Algarve	—	—	—	—	80

Ministério da Indústria e Energia.

Assinada em 10 de Agosto de 1992.

O Ministro da Indústria e Energia, *Luís Fernando Mira Amaral*.



## DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8814/85

ISSN 0870-9963

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

### AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



PORTE  
PAGO

1 — Preço de página para venda avulso, 6\$ + IVA; preço por linha de anúncio, 178\$ + IVA.

2 — Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

**PREÇO DESTE NÚMERO 101\$00 (IVA INCLuíDO 5%)**

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República» deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, L. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codex